

Antônio MOSER. *Biotecnologia e bioética: para onde vamos?* Rio de Janeiro; Petrópolis: Vozes, 2004. 453 páginas.

Janatas Ferreira

A frutífera atividade pastoral do Frei Antônio Moser tem resultado, no campo teórico, em uma abundante coleção de ensaios e livros. *Biotecnologia e bio ética* é seu décimo quarto livro. Trata-se de uma obra importante sob vários aspectos. Em primeiro lugar, eu ressaltaria o esforço bem sucedido de sistematização e síntese de uma gama ampla, variada de avanços no campo da biologia molecular. Quem quer que lide com o tema do ponto de vista das humanidades sabe da dificuldade envolvida nessa tarefa. Sem esse passo, todavia, como poderemos nos orientar dentro de um campo da atividade científica que avança de forma tão surpreendente quanto veloz? Em segundo lugar, eu chamaria atenção para o fato de, ao lidar com as questões éticas e políticas relacionadas ao desenvolvimento da biotecnologia contemporânea, Moser abrir seu livro para orientações teóricas e políticas variadas. Sem esse esforço, como reconhecer o caráter ético e pedagógico que o próprio debate promove e que Moser propõe? Através do diálogo é possível não apenas esclarecer aos outros nossos pontos de vista, mas construí-los verdadeiramente. Em terceiro lugar, impressiona a maneira direta, a prosa fluente, como, dentro desse debate que exige certamente iniciação, Moser se posiciona de dentro de uma tradição cultural imediatamente identificável. Nesse momento de tanto descentramento, **de** tantas possibilidades de construir algo que alguns passaram a chamar pós-humano, é um alívio ver alguém falando tão à vontade de uma perspectiva humanista, cristã, católica, pastoral.

1 Essa, para Schleiermacher, seria a verdadeira lição socrática. A verdade da busca (da anamnese) é uma certa disposição para a verdade, uma certa disposição para buscar. Por isso, talvez, possamos dizer, com Guimarães Rosa, que a verdade não "se dispõe" nem no começo nem no fim de algo. A verdade do ser humano é uma só: travessia.

O livro é composto de 10 capítulos, "cinco destinados a oferecer um embasamento científico e cinco destinados a oferecer elementos para a reflexão teológica, ética e pastoral" (p. 11). O capítulo inicial trata das primeiras iniciativas científicas que vieram a resultar no Projeto Genoma Humano (pGH), destacando uma oposição nesse desenvolvimento: entre uma investigação científica fundada em valores mais humanitários que comerciais, que o autor identifica com a participação pioneira da França, e outra que enfatiza as possibilidades comerciais desse novo e promissor campo de conhecimento como condição daquele desenvolvimento, que marca a entrada americana nesse campo de pesquisa. Para Moser, o PGH, em sua concepção atual, americana, deve ser entendido como irmão mais novo de outros dois projetos de *big science*: o Projeto Manhattan, que produziu a bomba atômica, responsável pela morte instantânea de 200.000 seres humanos, e o Projeto Apollo, cuja base de sustentação ideológica não seria outra senão a luta por hegemonia tecnológica entre os EUA e a URSS. O segundo capítulo reconstrói, de modo sumário, a trajetória científica que vai das primeiras descobertas de Gregor Mendel até o Nobel de Watson e Crick, ganho pela modelagem matemática da estrutura do DNA. O capítulo é concluído com algumas reflexões acerca do significado da constituição de um novo paradigma dentro das ciências da vida: o padrão digital. O terceiro capítulo propõe uma 'radiografia das conquistas' obtidas pela biologia molecular, destacando a possibilidade de uma nova revolução agrícola e a perspectiva de utilização desse conhecimento na medicina e na reparação de danos ambientais. O capítulo chama igualmente atenção para o lado polêmico de que cada um desses desenvolvimentos se reveste: a sonhada revolução agrícola traz em si o perigo de danos ambientais ainda não devidamente avaliados; a busca de um Santo Graal na medicina, uma solução técnica para nossos males, esconde, por exemplo, a necessidade de repensar o sentido social da própria medicina – hoje fortemente concebida em termos utilitários. Do mesmo modo, o problema da fome no mundo não pode ser resolvido por alguma nova equação técnica que nos retire do campo da escassez e nos coloque numa seara próspera, mas pressupõe que nos empenhemos em promover uma mudança substancial no padrão da distribuição de riquezas no planeta. A fome no mundo não exige apenas soluções técnicas que potencializem nossas riquezas, mas ações éticas e políticas que questionem a forma como o acesso ao bem-estar está distribuído no mundo. No quarto capítulo, percebemos uma transição para temas que a Igreja Católica julga mais sensíveis. Assuntos como 'reprodução assistida', 'estatuto ontológico do embrião', 'inseminação artificial' são discutidos aqui. Quando a vida de fato se

inicia? Quando o sistema neurológico do óvulo fecundado começa a se constituir? A resposta a essas perguntas é hoje premente por diversos motivos. Indagações como essas, por exemplo, constituem uma parte importante da pauta de discussões a partir da qual o Congresso Nacional decide hoje acerca da utilização em pesquisas científicas de embriões não utilizados e congelados nas clínicas de fertilização. Serão já humanos antes que tenham sido implantados num útero, antes que um sistema neurológico os faça sensíveis à dor? Nesse caso, justificar-se-ia a utilização de seres com a potencialidade de se tomarem humanos (pois é exatamente nessa qualidade que eles são requisitados) como *meios* para a melhoria de vida de outros seres humanos? Descartar esses embriões seria destino mais nobre? - retrucam alguns cientistas. O leitor não é obrigado a acompanhar Moser, ponto por ponto, em suas conclusões. A exposição clara do tema e de sua perspectiva, no entanto, remete-nos à necessidade de reflexão urgente acerca de um tema ético e politicamente complexo. A partir de perguntas como essas, o capítulo quinto passa a discutir uma alternativa ética para pensar algo que tem sido, via de **regra**, pensado a partir da perspectiva do biopoder, do controle humano sobre a natureza - inclusive de sua própria natureza.

Os cinco capítulos restantes, como foi dito acima, são dedicados a uma reflexão teológica, pastoral, ética das questões já apresentadas. Algumas idéias são expostas com esse propósito. Primeiro, Moser se preocupa com o fato de a ciência estar prometendo ao ser humano um mundo livre de sofrimento, um mundo de felicidade terrena tecnicamente alcançável. "Entretanto, o mal, o sofrimento, a dor são incompreensíveis fora de uma perspectiva de fé, onde tudo encontra seu lugar" (p. 257). Não se trata de negar a necessidade de promover o bem-estar, a saúde humana por meio da ciência, mas do fato de, prometendo livrar o ser humano de todo sofrimento, a ciência procurar para si um espaço religioso. Considero esse um tema central do sexto capítulo, cuja discussão envolve questões de cunho religioso, como a teodicéia, mas não se limita aí. De uma perspectiva pouco religiosa, creio, afirmo que a ciência sempre levantou suspeição quando abraçou a possibilidade de realizar as promessas da religião. O capítulo sétimo tem como preocupação a seguinte questão: "como nos preparar para viver não apenas num mundo novo, mas numa humanidade que parece buscar novos e decisivos caminhos para si mesma?" (p. 302). Existe uma recomendação pastoral, um limite ético que possa vir a modelar as possibilidades abertas para a humanidade quando esta passa a ser entendida como coadjuvante da criação divina? Se a essência da natureza não é sua imutabilidade, mas, pelo contrário, sua mutabilidade constante, essa

recomendação e esse limite não são fáceis de serem encontrados. Moser acredita, todavia, que uma idéia importante para nos situarmos diante dessa dificuldade é a de que o ser humano não deve ser entendido como “**dono**” da natureza (do mundo externo e de sua realidade corpórea), mas como seu administrador. Assim, em lugar de nos relacionarmos com essa natureza de modo utilitário, devemos procurar pautar nossa relação na idéia de cuidado. O capítulo oitavo discute a aplicabilidade de alguns princípios básicos da bioética aos cenários técnicos abertos pelos desenvolvimentos recentes da biotecnologia contemporânea. Esses princípios são: *autonomia, beneficência e justiça*. De acordo com o primeiro princípio, o médico já não pode tomar decisões pelo paciente, cabendo apenas a esse último, através de “consentimento informado”, a prerrogativa de decidir acerca de seu próprio bem-estar. O segundo princípio afirma que o bem do paciente deve sempre ser buscado – quando isso, obviamente, não significar prejuízo de terceiros. O terceiro princípio cuida para que o que aparentemente se constitui em fonte de bem-estar não venha a constituir uma base de discriminação, segregação e, como consequência, desumanização. Moser critica o que poderia ser visto como forma de acomodação de critérios deontológicos e utilitaristas na fundamentação da bioética. Princípios como autonomia, beneficência e justiça mostram-se excessivamente vagos diante das nossas necessidades atuais. A contraposição entre bioética e ‘teologia da libertação’ nos dá uma pista daquilo que o livro propõe como alternativa: “enquanto a bioética institucionalizada em Washington pensava em como melhorar a sociedade existente, a Teologia da Libertação pensava em criar uma nova sociedade a partir dos países e dos povos periféricos” (p. 341). Comprometer-se com uma ética da vida, assim, implicaria eleger como prioridade a discussão de fundamentos sociais que compreendessem a saúde, a dor e a existência da perspectiva da humanização plena do ser humano. No capítulo nono, Moser se dedica a conceber um guia prático para discutir os novos horizontes tecnológicos gerados pela biologia molecular. Para isso, elabora um ‘decálogo para a era tecnológica’. Esse decálogo é especialmente interessante para aqueles interessados em investigar o modo como a biotecnologia vem gerando um debate vivo dentro da própria Igreja Católica – o livro de Moser é uma tentativa de agir no sentido da unificação de um discurso católico nesse terreno. O capítulo décimo procura associar uma postura não reativa, liberal diante do novo representado pela biologia molecular a idéias como a democratização de seus benefícios e a condenação da pressa em tomar decisões que, afinal, podem ter a capacidade de alterar aquilo que entendemos como ser humano.

Pela gama de assuntos que consegue discutir e tornar acessível ao leigo, Antônio Moser, com seu livro *Biotecnologia e bioética*, oferece uma contribuição que deve ser lida por aqueles que entendem que muito está sendo decidido pela ciência para que nós aceitemos os termos em que os avanços da biologia molecular comumente são discutidos. Para dizer o óbvio, aqui não se trata apenas de decidir acerca da possibilidade de obter ou não vantagens competitivas num novo e promissor mercado. Embora não fale nesse livro em nome da Igreja Católica, Moser nos ajuda a identificar aquilo que pode vir a se tornar uma posição hegemônica nesse âmbito.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE COLABORAÇÕES

Os artigos e resenhas devem ser apresentados em 2 (duas) vias, em formato A4, com margens de 3 cm, texto digitado com espaço duplo (resumos, notas e referências com espaço simples), fonte *Times New Roman* 12, alinhamento justificado e parágrafo com indentação de 1,25 cm. Os artigos não devem ultrapassar 25 laudas e as resenhas não devem ultrapassar 6 laudas.

Cada artigo deve ser acompanhado: a) de um resumo (em português e inglês), não ultrapassando 200 palavras, seguido de relação de palavras-chave (em português e inglês), com inicial maiúscula e separadas entre si por ponto; b) de dados sobre o autor (instituição, cargo, qualificação acadêmica, áreas de interesse, últimas publicações, endereços postal e eletrônico, telefone/fax).

Os autores cujos textos forem aprovados para publicação entregarão seu trabalho em formato eletrônico. Quadros, tabelas, gráficos e ilustrações devem ser entregues em arquivo separado, com indicações claras, ao longo do texto, dos locais em que devem ser incluídos.

As citações diretas de até 3 linhas devem estar contidas entre aspas duplas e as citações diretas com mais de três linhas devem ser destacadas do parágrafo, com recuo de 4 cm da margem esquerda, fonte tamanho 11 e sem aspas. As supressões devem ser indicadas por [00.] e as interpolações, acréscimos e comentários devem ser colocados entre colchetes. A indicação de citação será feita pelo sistema autor-data. Se houver grifo, deve-se indicar a autoria (grifo nosso / grifo do autor). Exemplos:

a) um autor: Weber(1971), Weber(1971, p. 72), Weber(1971 , p. 85, grifo nosso);

Obs.: quando colocadas entre parênteses, as chamadas pelo sobrenome do autor devem estar em letras maiúsculas. (WEBER, 1999), (WEBER, 1999, v. 1, p. 72-73);

b) dois autores: Laclau e Mouffe (1985);

Obs.: quando colocadas entre parênteses, os sobrenomes dos autores devem estar separados por ponto-e-vírgula. (LACLAU; MOUFFE, 1985, p. 35);

c) um autor e várias obras: (DREYFUSS, 1989, 1991, 1995);

d) diversas obras de diferentes autores: (BASTOS, 1979; CASTRO, 1976);

e) citação de citação: Schiller(1964 apud ARAÚJO, 1986, p. 175), (SCHILLER, 1964 apud ARAÚJO, 1986, p. 175).

Obs.: Quando existir coincidência de sobrenomes de autores, acrescentam-se as iniciais do prenome; se ainda assim houver coincidência, os prenomes são colocados por extenso. Se houver mais de um título do mesmo autor no mesmo ano, eles são diferenciados pelo acréscimo de letras minúsculas, em ordem alfabética, após a data.

As referências bibliográficas devem ser apresentadas ao final do artigo, em ordem alfabética, digitadas em espaço simples e separadas entre si por um espaço duplo e alinhadas

apenas à esquerda. Seguem algumas orientações básicas:

Livro: SOBRENOME, Prenome (iniciais ou por extenso). Ano de publicação. *Título da obra em itálico* : subtítulo. Indicação do tradutor, prefaciador, introdutor (informação opcional). Número da edição (se não for a primeira). Local de Publicação: Editor. Número de páginas ou volume (opcional). (Série ou coleção, entre parênteses). Quando houver mais de um autor, separá-los com ponto-e-vírgula.

Exemplo: VELOSO, Mariza; MADEIRA, Angélica. 2000. *Leituras brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura*. 2. ed. rev. São Paulo: Paz e Terra .

Parte de livro: AUTOR da parte. Ano de publicação. Título da parte. Termo In: Autor da obra. *Título da obra*. Número da edição. Local de Publicação: Editor. volume (se houver), páginas inicial-final da parte.

Exemplo: KONDER, Leandro. 2000. História dos intelectuais nos anos 50. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 3. ed. São Paulo: Contexto. p.355-374.

Dissertações e teses: AUTOR. Ano de apresentação. *Título* : subtítulo. Categoria (Grau e área de concentração) - Instituição, local.

Exemplo: GOMES JÚNIOR, Guilherme S. 1996. *Palavra peregrina: idéias barrocas e o pensamento sobre artes e letras no Brasil*. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Artigo de revista: AUTOR do artigo. Ano. Título do artigo. *Título da Revista*, Local de publicação, volume, fascículo, páginas inicial-final, período.

Exemplo: CHIAPPINI, Lígia. 1995. Do beco ao belo: dez teses sobre o regionalismo na literatura. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 153-159.